REQUERIMENTO N° DE 2022

Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 4.727 de 2020, que tramita conjuntamente com o Projeto de Lei nº 8.045 de 2010.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, a desapensação do Projeto de Lei nº 4.727 de 2020, que tramita conjuntamente com o Projeto de Lei nº 8.045 de 2010.

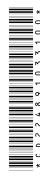
JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento objetiva que o PL 4727/2020 tramite de forma autônoma, uma vez que o referido projeto e o PL 8045/2010 apresentam semelhança temática, mas não atendem ao disposto no art. 142 do RICD, que disciplina o procedimento de apensação. De acordo com o dispositivo, é lícita a tramitação conjunta de matérias que **regulem matéria idêntica ou correlata**.

Ora, em que pese o PL 4727/2020 promover mudanças no Código de Processo Penal, que é objeto das alterações propostas no PL 8045/2010, os dois projetos almejam finalidades diferentes. Enquanto o mais antigo visa reformar o Código de Processo Penal numa perspectiva ampla, o outro disciplina o abandono de processo por parte do defensor. Ainda, o PL 4727/2020 traz modificações ao Código de Processo Penal Militar, diploma legal que não é abordado no PL 8045/2010.

Ainda que se considere a relevância da reforma e atualização do CPP, é preciso reconhecer que um projeto com escopo tão amplo passa por um





processo de discussão política dilatado. E, enquanto isso, outras matérias que tratem de aspectos específicos do CPP não podem deixar de ser analisadas.

Neste caso concreto, vincular a alteração do art. 265 do CPP, proposta pelo PL 4727/2020, ao prolongado trâmite do PL 8045/2010 faz com que a cominação da pena de multa para o defensor que abandone o processo sem o devido processo legal gere uma condenação com presunção de culpa, o que confronta o art. 5º da nossa Carta Magna.

Diante do exposto, solicito a essa egrégia Presidência que seja deferido este requerimento.

Sala das Comissões, 24 de março de 2022.

Deputado Fábio Trad PSD-MS



